

II Congresso Histórico Internacional

AS CIDADES NA HISTÓRIA: SOCIEDADE

18 a 20 de outubro de 2017

ATAS

ORGANIZAÇÃO | PROGRAMA | CONFERÊNCIA INAUGURAL

CIDADE ANTIGA

2017

FICHA TÉCNICA

Título

II Congresso Histórico Internacional
As Cidades na História: Sociedade

Volume

Organização | Programa | Conferência inaugural
I - Cidade Antiga

Edição

Câmara Municipal de Guimarães

Coordenação técnica

Antero Ferreira
Alexandra Marques

Fotografia

Paulo Pacheco

Design gráfico

Maria Alexandre Neves

Tiragem

200 exemplares

Data de saída

Dezembro 2019

ISBN (Obra completa)

978-989-8474-54-4

Depósito Legal

364247/13

Execução gráfica

Diário do Minho

ÍNDICE

ORGANIZAÇÃO | PROGRAMA SESSÃO DE ABERTURA SESSÃO DE ENCERRAMENTO

PRÓLOGO

pág. 35

Poblaciones en transformacion: las ciudades a traves del tiempo

Diego Ramiro Farinas

CONFERÊNCIA INAUGURAL

pág. 43

Perseguir a História Social a partir do Repositório Genealógico - desafio sempre em aberto

Uma aplicação sobre Guimarães dos quatro últimos séculos

Maria Norberta Amorim, Antero Ferreira, Amaro das Neves, Filipe Salgado

CIDADE ANTIGA

CONFERÊNCIA

pág. 75

Cidade Antiga e Sociedade: Narrativas e Diálogos Interdisciplinares

Manuela Martins, Gilvan Ventura da Silva

COMUNICAÇÕES

pág. 111

Estratégias familiares e disputas políticas na África proconsular: o caso da cidade de OEA (Séc. II d.C.)

Belchior Monteiro Lima Neto

pág. 125

Como e onde se enterrava em *Bracara Augusta*?

Cristina Maria Vilas Boas Braga

pág. 155

Reflexões sobre a economia de *Bracara Augusta*. O contributo dos tesouros monetários

Diego Santos Ferreira Machado

pág. 177

A Concorrência Política e Cultural entre as cidades de Antioquia e Beirute na Antiguidade Tardia:

Libânio e a defesa das Escolas de Retórica em oposição às Escolas de Direito (séc. IV d.C.)

Érica Cristhyane Moraes da Silva

pág. 195

Entre os espaços e os homens: reconstrução do quotidiano doméstico

Fernanda Magalhães, Manuela Martins

pág. 219

O custo com os trabalhadores da construção e atividades subsidiárias. O caso de *Bracara Augusta*

Jorge Ribeiro

pág. 245

Vrbi et orbi: a cidade como definidora de romanidade nos *annales* de Tácito

Manuel Rolph Cabeceiras

pág. 261

Esparta katà kómas: organização espacial do território (VIII-V a.C.)

Márcia Cristina Lacerda Ribeiro

pág. 279

Cidades Gregas na Calábria Antiga: A configuração dos territórios de Lócris e Régio (sécs. VII-V a.C.)

Maria Beatriz Borba Florenzano

pág. 301

El extranjero en la ciudad: formas de integración privadas

Ma Dolores Dopico Caínzos

pág. 325

The notion of polis in Aristotle's *Politics*

Patricio Tierno

pág. 341

Paulo e as Comunidades: Debates acerca das diferenciações das Comunidades Urbanas Paulinas e Conflitos sobre a Participação Feminina

Roberta Alexandrina da Silva

pág. 361

La cerámica de producción bracarense como indicador de las actividades económicas, gustos y costumbres de los habitantes de *Bracara Augusta*: Nuevas aportaciones

Sara Barbazán Domínguez, Manuela Martins, Eduardo Ramil Rego, Fernanda Magalhães

pág. 387

Mulheres e urbs: estudos sobre sociabilidades femininas em cidades romanas entre o IV e V séculos d.C.

Silvia M. A. Siqueira

Entre os espaços e os homens: reconstrução do quotidiano doméstico no Noroeste Peninsular

Fernanda Magalhães

Bolseira de doutoramento da FCT (SFRH/BD/100030/2014), Unidade de Arqueologia, LAB2PT,
Universidade do Minho,

fmagalhaes@uaum.uminho.pt

Manuela Martins

Responsável da Unidade de Arqueologia, Responsável do Projeto Arqueológico de Braga; Investigadora
e vice diretora do Lab2PT,

mmmartins@uaum.uminho.pt

Resumo

A cidade romana apresentava um conceito utilitário e prático do espaço, sendo concebida para responder às necessidades de quem as habitava, por intermédio de edifícios e equipamentos públicos, mas também através da organização das áreas residenciais. Neste sentido, as *domus*, onde residiam as elites da sociedade, representam um contexto privilegiado para analisar o modo como se adotaram nas províncias os modelos arquitetónicos e construtivos itálicos, mas também a forma como se organizavam os espaços das habitações, nos quais se estruturavam múltiplas relações de sociabilidade entre os membros da família, entre o *paterfamilias* e os seus clientes, ou entre a família e os serviçais.

Grande parte do que sabemos sobre as *domus* é fornecido pelas fontes textuais que descrevem espaços, organização das casas e as atividades que nelas tinham lugar, a que acresce o conhecimento obtido com as escavações de Pompeia, Herculano e Óstia. No entanto, em ambos os casos estamos perante uma realidade sobretudo itálica e nalguns casos temporalmente limitada no tempo, sendo imprescindível recorrer aos dados arqueológicos de outros contextos para realizar uma aproximação às especificidades das *domus* que encontramos nas cidades provinciais. Assim, este trabalho procura usar a informação resultante da arqueologia urbana desenvolvida em Braga, Lugo e Astorga, para caracterizar os diferentes tipos de *domus* das três capitais de conventos e avaliar o seu potencial para analisar a esfera social de *Bracara Augusta*, *Lucus Augusti* e *Asturica Augusta*.

1. Introdução

A arquitetura e o urbanismo podem ser compreendidos como contextos para estudar as sociedades ao longo do tempo, manifestando-se no espaço através de vestígios de estruturas e objetos que chegaram até aos nossos dias e representam os ideais e os valores das culturas que os produziram. Na verdade, as construções são sempre produtos culturais, que resultaram de necessidades sociais relacionadas com as funcionalidades que desempenhavam, com os materiais que utilizavam, mas também com a subjetividade do construtor e as disponibilidades financeiras e gostos de quem as encomendava. Neste sentido, atributos como tamanho, aspeto, localização e forma dos edifícios resultam, não apenas de fatores físicos, como clima, matéria-prima ou topografia, mas sobretudo pelos ideais e formas de organização de uma sociedade, que determinam os contextos sociais, económicos e culturais, muito sensíveis à distribuição dos recursos, tal como aos valores e crenças que prevalecem em qualquer período histórico (King, 1980:1).

Quando a arquitetura e a arqueologia abordam um edifício, para além de avaliarem a sua morfologia e função procuram compreender se é possível que esse artefacto tridimensional possa comunicar informações que remetam para o universo cognitivo e as tradições culturais características do meio onde se encontra, considerando que em cada construção existe uma forma, uma função e uma técnica. Por forma compreendemos uma superfície com textura e cor e a demarcação física da mesma, por função, entendemos o objetivo e a organização do espaço, finalmente, por técnica, definimos estrutura, materiais e sistemas construtivos, mas também um reflexo dos pressupostos que estiveram subjacentes ao seu uso.

No Império Romano construir cidades era o equivalente a romanizar, permitindo que os modelos romanos fossem transmitidos aos povos conquistados, através do urbanismo e da arquitetura, que satisfaziam necessidades públicas e privadas, mas que criavam um poderoso contexto de sociabilização e aculturação, pois o uso adequado dos espaços e

edifícios pressupunha comportamentos próprios. Na esfera pública existiam equipamentos destinados à administração e organização do território, bem como ao lazer e entretenimento da sociedade, enquanto a vida doméstica estava confinada aos quarteirões residenciais.

Sabemos que as casas urbanas provinciais de elite possuíam disposições e formas variadas que dependiam muito da morfologia dos quarteirões de cada cidade e, sobretudo, dos variáveis poderes de compra dos seus proprietários, aspetos que se refletem no tamanho dos lotes, na complexidade das plantas, na disponibilidade de áreas habitacionais e na qualidade dos materiais utilizados (Fernández Vega, 2000:692). Neste contexto, os vestígios das casas conhecidas nas cidades romanas podem ser entendidos como documentos valiosos para elaborar sobre a vida social, entendendo-se que são as exigências da sociedade que condicionam a construção e a decoração das habitações das elites provinciais (Wallace-Hadrill (1994:5). Na verdade, as *domus*, nas suas variadas formas, foram palco de atividades de natureza muito diversa. Enquanto as lojas, dispostas ao longo das fachadas, desempenhavam uma função económica, os espaços de receção permitiam o cumprimento das obrigações sociais do *paterfamilias*, da mesma forma que os espaços privados eram o cenário fundamental da reprodução social. As *domus* representam por isso um contexto singular para abordar o quotidiano familiar, mas também as diversas relações de sociabilidade que se estruturavam entre os membros da família e entre estes e a sociedade. Será essa perspectiva que orientará a análise que pretendemos realizar às *domus* de *Bracara Augusta*, *Lucus Augusti* e *Asturica Augusta*, tendo em linha de conta que cada unidade doméstica materializa especificidades dos contextos socioculturais e económicos das cidades e dos proprietários, podendo ser consideradas únicas, apesar das semelhanças, determinadas pela variedade de funções que deviam cumprir, o que permite valorizar dados de natureza comportamental e cultural (Fernández Vega, 1999: 454).

2. O estudo das *domus* romanas: fontes e evolução das perspetivas de abordagem

2.1 As fontes

Os autores clássicos foram os primeiros a referir o tema da arquitetura privada nas suas obras, relatando, muitas vezes de forma pormenorizada, as suas impressões sobre os diferentes espaços que caracterizavam a habitação romana. Existem diversas produções literárias onde autores como Varrão, Cícero, Ovídio, Vitruvius, Séneca, Plínio, o Jovem, Marcial, Juvenal, Justiniano, Valério Máximo descrevem minuciosamente os compartimentos de uma casa, analisando as suas características e funcionalidades. Esses documentos apresentam relatos imprescindíveis para o estudo das *domus* romanas, sobretudo da capital do Império e da Península Itálica, e permitem compreender o seu papel no seio da sociedade romana. De um modo geral, estamos perante descrições minuciosas dos espaços das casas que eram usados

no dia-a-dia das famílias de elite romanas, com narrativas mais ou menos circunstanciadas das atividades que neles se desenvolviam, transmitindo, assim, a realidade de uma cultura que desapareceu (Gómez Rodríguez, 2010:38). Os textos clássicos representam, assim, uma fonte preciosa para aceder à casa como um lugar de ação social, com as suas múltiplas referências à forma e à funcionalidade dos espaços.

Plínio, o Jovem, na carta enviada a Canínio Rufo, relata pormenorizadamente a forma e as características de uma *domus*, descrevendo diferentes compartimentos, como o *cubiculum*, o *triclinium*, ou o *balneum*, desvendando-nos o mundo interior da casa romana. Por sua vez, Varrão salienta nos seus textos questões como a desejável orientação das construções, com o intuito de aproveitar as melhores características físicas e climáticas do local, como o aproveitamento da luz solar e dos ventos, devendo-se a Marcial algumas referências sobre a dicotomia entre os espaços públicos e privados das casas, revelando estarem os *triclinia* abertos a convidados, enquanto os *cubicula* representam os compartimentos mais íntimos da casa (Gómez Rodríguez, 2010:47-53). São também os autores clássicos que nos referem as práticas rituais relacionadas com a religião doméstica, que tinham lugar na casa, protagonizadas pelo *paterfamilias*. Assim, Valério Máximo descreve os altares que se localizavam nos *atria*, dedicados aos deuses Lares, enquanto Cícero salienta a sacralidade dos *lararia* (Roller, 2010: 142). Já Vitruvius elabora sobre as boas práticas na construção, destacando-se o registo de medidas que os diferentes espaços deveriam possuir para uma melhor adaptação à sua função, ou a disposição dos compartimentos, tendo em conta a classe social do proprietário (Silva, 2000:27). Porém, os postulados vitruvianos, descritos no Livro VI, não podem ser lidos como modelos, pois o autor nunca descreveu a casa romana, mas sim as regras para a sua construção (Uribe Agudo, 2008: 22).

Devido à vastidão e à heterogeneidade das informações provenientes das numerosas escavações realizadas nas diferentes províncias do império romano, as fontes arqueológicas merecem particular destaque no momento de estudar a casa romana. Em virtude da diversidade de soluções construtivas, os vestígios de unidades domésticas constituem uma informação complexa que não pode ser abordada apenas como algo meramente físico, sendo indispensável a sua interpretação à luz dos dados fornecidos pelas fontes literárias e iconográficas.

Quando falamos de fontes arqueológicas, temos que salientar o papel das escavações das cidades de Pompeia e Herculano, sendo a *domus* pompeiana considerada o caso paradigmático para o estudo da arquitetura privada romana, devido ao seu estado de conservação e valor representativo, que permitem compreender a sua evolução entre o período republicano e o primeiro século da nossa Era. Assim se compreende que os modelos de habitação produzidos com estes estudos tenham servido de referência para a análise das *domus* que têm vindo a ser encontradas nas mais diversas cidades do Império

ocidental. Pompeia e Herculano têm proporcionado igualmente dados únicos para a compreensão do quotidiano da vida urbana romana, constituindo uma fonte inesgotável de conhecimento, apenas limitada pelo facto de se reportar a uma realidade que não ultrapassa a década de 70 do século I.

O desenvolvimento da arqueologia urbana, um pouco por toda Europa, a partir dos anos 70 do século XX, veio em muitos aspetos revolucionar o nosso conhecimento das cidades romanas provinciais, desvendando uma realidade que progressivamente alterou o conhecimento do urbanismo e da arquitetura romana. Na verdade, a maior parte das cidades que foram escavadas desde o século XIX, no âmbito da chamada arqueologia romana provincial, correspondia a cidades que foram descontinuadas na Antiguidade Tardia, ou na Alta Idade Média, pois as cidades romanas que conheceram continuidade de ocupação até à atualidade só começaram a ver conhecidas as suas formas urbanas por via da prática arqueológica regular que se instituiu como obrigatória apenas nas décadas mais recentes. Mas se os resultados da arqueologia urbana alteraram o mapa mental do urbanismo antigo e contribuíram para reconhecer as formas de assimilação da arquitetura pública e privada por parte das comunidades integradas no Império, importa sublinhar as fortes limitações inerentes aos trabalhos arqueológicos realizados em meio urbano. Em grande medida pode afirmar-se que a arqueologia urbana logrou ‘salvar’ do anonimato, por vezes apenas pelo registo, largas dezenas de cidades romanas, mas nem sempre tem otimizado os resultados que desse mesmo registo se podem extrair, que exigiria muito mais do que aquilo que se investe na interpretação arqueológica. Na verdade, não só escasseiam os estudos monográficos, como são ainda raras as abordagens temáticas centradas na arquitetura doméstica, ainda muito valorizada em função do aparato decorativo que pode oferecer, seja por via dos mosaicos ou das pinturas murais.

Face às fontes disponíveis, importa valorizar agora a evolução dos paradigmas de análise relativos à casa romana.

2.2 A evolução do estudo da casa senhorial romana

O estudo da habitação romana privilegiou tradicionalmente as *domus*, porque melhor conservadas, bem como as questões de cariz arquitetónico e os programas decorativos, por serem aquelas que mais diretamente se inscreviam no ideário da Arqueologia Clássica, que valorizava essencialmente os indicadores de riqueza ilustrativos do protagonismo das elites, referidas nos textos históricos e literários. Assim, é bastante recente o interesse pela arquitetura doméstica enquanto contexto da vida social, tendência que se inscreve no quadro de uma maior abertura da Arqueologia às tendências teóricas e metodológicas que animaram várias disciplinas sociais, designadamente, a Geografia e a Antropologia.

O reconhecimento de que o registo arqueológico podia ser uma fonte preciosa para estudar a vida quotidiana romana pode também considerar-se herdeiro das tendências que se afirmaram com as premissas da Nova Arqueologia, que permitiram reconhecer a importância dos contextos, para além dos artefactos (Hodder, 1994). Como bem sublinhou Ray Laurence (1997), as *domus* desempenhavam um papel fundamental nas relações de género, de privilégio e de dependência, referenciando igualmente os diferentes estágios do ciclo da vida. Esta visão do espaço doméstico romano revolucionou o modo de olhar a arquitetura privada, tradicionalmente muito focado na tipologia construtiva e artística, do qual estavam sistematicamente ausentes as pessoas.

Segundo Vitruvius, existia uma relação entre o desenho arquitetónico e a norma social, pois a qualidade e a decoração de uma casa romana estavam intimamente ligadas ao estatuto do seu proprietário. Esta circunstância permite entender a arquitetura doméstica como um dos mais fortes indicadores da desigualdade na sociedade romana, uma vez que a casa constituía sempre o resultado da riqueza de quem a habitava, pois o luxo e a ostentação eram considerados fundamentais numa sociedade altamente competitiva, que obrigava as elites a habitar em casas que se adequassem e refletissem a sua posição social (Wallace-Hadrill, 1994:5). Na verdade, as elites urbanas eram o grupo social mais exposto e os seus comportamentos rigorosamente escrutinados, dependendo de uma constante avaliação que permitia manter os cargos e o poder no contexto dos governos das cidades, ou ascender na hierarquia da administração provincial.

Assim, a casa romana de elite era o espaço onde a família sociabilizava, mas também o cenário para expressar todo o aparato ideológico, cultural e religioso que caracterizava o protagonismo das elites e a sua exposição pública, funcionando como o centro gerador dos modelos da vida política e social, adotados a partir de Roma. Desta forma, a organização espacial e a decoração das *domus* têm que ser interpretados em função dos códigos que transmitem, delimitando o nível de acesso dos indivíduos aos diferentes espaços, que definiam as fronteiras entre o público e o privado (Bermejo Tirado, 2014: 40). De facto, a *domus* era pensada para cumprir diferentes funções, pois cada compartimento tinha uma adequação utilitária. Assim, as necessidades políticas e económicas eram cumpridas no *tablinum* e nas *tabernae*, enquanto as sociais e de representação se desenrolavam no *atrium*, no *triclinium* e no *peristylum*. Por outro lado, o âmbito puramente privado estava confinado aos *cubicula*, sendo as áreas de serviços reservadas à *culina* e às *latrinae*.

Sabemos que o registo arqueológico de uma habitação constitui um resultado complexo de um conjunto de fatores posicionais e pós-posicionais (Trigger, 1989) e que não constitui, por isso, um reflexo direto da realidade quotidiana dos seus habitantes. Essa realidade é tanto mais complexa quanto sabemos que as casas são as arquiteturas que mais mudaram no espaço urbano das cidades romanas, em função de modas, gostos e riqueza,

mas também da degradação resultante do seu uso prolongado. A título de exemplo podemos afirmar que as *domus* de *Bracara Augusta*, rigorosamente adaptadas à topografia e morfologia quadrada dos quarteirões da cidade, não só viram mudar os seus limites, como conheceram algumas consideráveis mudanças no seu interior até à Antiguidade Tardia (Magalhães, 2010; Martins *et al.*, 2016).

O registo arqueológico de uma qualquer escavação de uma área habitacional romana em contexto urbano oferece-se sempre como um complexo palimpsesto de sucessivas reformas que se foram sucedendo, nem sempre fáceis de identificar arqueologicamente, e, por isso, muito mal ou nada interpretadas. As planimetrias de muitas casas que são disponibilizadas na bibliografia não raro evidenciam uma sobreposição de reformas, por vezes mal compreendidas. Em abono da verdade, deve reconhecer-se as dificuldades em avançar na compreensão da própria morfologia das casas, considerando que as escavações em meio urbano estão à partida muito condicionadas pelos constrangimentos da arqueologia preventiva. Raras são as casas das quais se conhecem os limites, circunstância que inviabiliza, logo à partida, a possibilidade de compreender a disposição dos espaços que as compunham. Por isso, os ensaios de análise social dos espaços das *domus* têm-se concentrado de forma privilegiada nas cidades de Pompeia, Herculano e Óstia, as quais, para além de fornecerem evidências bem conservadas, disponibilizam a totalidade dos quarteirões e os limites das habitações (Wallace Hadrill, 1988; 1994; Laurence, 1997), estando também a ser estendidos a cidades que foram descontinuadas e que não oferecem os constrangimentos com que se depara a arqueologia urbana. Nesses contextos privilegiados é mais fácil compreender que as planimetrias das casas, longe de constituírem uma imagem congelada do passado, representam um produto de sucessivos processos de construção e remodelação, por vezes em ciclos longos de alguns séculos (Bermejo Tirado, 2014a: 53). Na verdade, se a casa romana de elite é porventura o edifício que mais muda no contexto urbano, é forçoso reconhecer que os contextos sociais que presidiram à sua construção tivessem sido também diferentes daqueles que justificaram as suas sucessivas reformas, pois o papel das elites e as exigências a que estavam sujeitas variou ao longo do Império. Ora, parece indispensável que previamente a uma possível leitura social dos espaços que compunham as *domus* se diferenciem as sucessivas composições que vão adquirindo, tarefa a que a arqueologia urbana dedica ainda um reduzido investimento. De facto, não podemos realizar inferências sobre espaços com uma reduzida inteligibilidade formal, quer do ponto de vista cronológico, quer funcional, independentemente da sofisticação dos programas decorativos que possam revelar.

Sabemos que os diversos compartimentos que compunham a *domus* romana constituem uma complexa trama de espaços por onde transitavam diferentes agentes que animavam a vida pública e privada da casa, que não estava restrita aos membros da família e serviços, incluindo também uma vasta panóplia de clientes e pares, que conformavam o conjunto de

relações que o *paterfamilias* estabelecia na vida pública. Assim, sabemos que o microcosmo que era a *domus* não foi pensado para ser vivido apenas dentro de portas, sendo antes um contexto de forte relação com a vida política e económica das cidades, pois grande parte dos seus espaços eram usados para representar o lugar de cada família na sociedade, ou a glória a que aspirava, ou precisava manter. Por isso, a arquitetura doméstica romana não pode ser compreendida em toda a sua complexidade se for analisada apenas do ponto de vista formal, desvalorizando o valor simbólico e ideológico que possuía, pois, tal como a cidade, o seu verdadeiro significado está nos cenários da vida quotidiana que nela tinham lugar.

A abordagem do valor simbólico e das sociabilidades que se desenrolavam nas *domus*, certamente diferenciados de cidade para cidade, embora constitua hoje um inequívoco desafio para todos os que pretendem estudar a arquitetura doméstica, depara-se com fortes limitações que decorrem do carácter fragmentário dos dados arqueológicos, os quais estão por vezes deficientemente interpretados. Estas duas circunstâncias tornam difícil, não só a análise comparativa dos dados, como também a análise social do extraordinário contexto representado pelas *domus* romanas.

3. As *domus* do NO peninsular: ensaio de análise comparativa

3.1 *Bracara Augusta*

A arqueologia documenta que a ocupação de *Bracara Augusta* se iniciou nos finais do século I a.C., tendo por base os enterramentos conhecidos da necrópole da Via XVII, registando-se também uma ocupação das áreas envolventes do *forum* na primeira metade do século I, muito embora se desconheçam as características construtivas associadas a uma primeira fase de utilização dos quarteirões que, a partir de meados do século I começam a ser ocupados por *domus* (Martins *et al.*, 2012: 39-44). Apesar do escasso número de indícios sobre os primeiros anos de vida da cidade é possível presumir o seu precoce povoamento, documentado pelos materiais indígenas e importados e pela epigrafia que dá conta da presença de cidadãos romanos que negociavam em Braga na época de Cláudio.

Os dados arqueológicos permitem constatar um período de consolidação urbana a partir de meados do século I, altura em que é construída a grande cloaca sob o cardo máximo, certamente associada ao início da ocupação dos quarteirões limítrofes, onde se vão erguer algumas das *domus* que conhecemos graças à arqueologia urbana desenvolvida em Braga desde 1976. Entre elas cabe destacar a identificada nas escavações do Ex. Albergue Distrital, outra na zona arqueológica da Escola Velha da Sé e uma outra na zona da Rua Frei Caetano Brandão/Santo António das Travessas (Magalhães 2010; Torres, 2014). Existem ainda vestígios de outras *domus*, reconhecidas com base nas escavações de vários

setores da cidade, sendo de destacar a das antigas Cavalariças (Silva 2013), a do claustro do Seminário de Santiago, a do Largo de S. Paulo e a da Rua Afonso Henriques (Martins *et al.*, 2014). No entanto, a casa romana melhor conhecida é a *domus* das Carvalheiras, rodeada por pórticos e ruas, construída na época Flávia, que ocupa a totalidade de um quarteirão da cidade, possuindo uma área construída de cerca de 1 *actus* (Martins, 1997-98). A *domus* das Carvalheiras representa o único exemplar de habitação com *atrium* e *peristylum* conhecido até ao momento, podendo as restantes incluir-se no modelo de casa de peristilo, muito embora, por serem apenas parcialmente conhecidas, nada impeça que possam também ter possuído um átrio.

Figura 1. Malha urbana de Bracara Augusta (Arquivo UAUM), com sinalização das principais domus conhecidas.



1 - *Domus* das Carvalheiras; 2 - *Domus* do Ex. Albergue Distrital; 3 - *Domus* da Escola Velha da Sé; 4 - *Domus* da Rua Frei Caetano Brandão/Santo António das Travessas; 5 - *Domus* do Seminário de Santiago; 6 - *Domus* da Rua Afonso Henriques; 7 - *Domus* das Cavalariças.

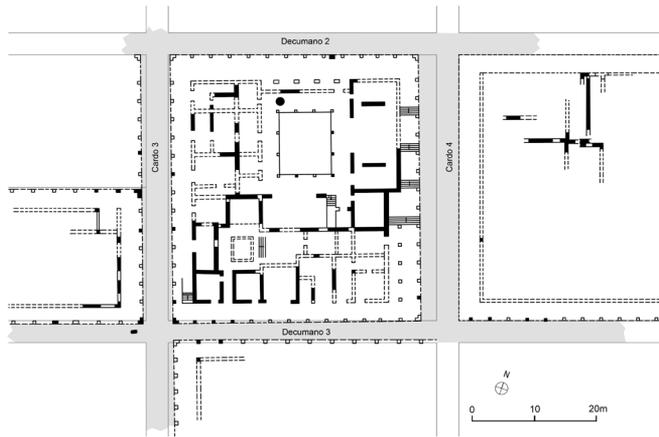
Muito embora a Arqueologia Urbana bracarense padeça das vicissitudes que afrontam a atividade arqueológica de qualquer cidade histórica, relativamente à dificuldade de recuperar a planimetria total dos edifícios, tem sido desenvolvido um esforço sério na interpretação das fases construtivas que caracterizaram as diferentes *domus* conhecidas, facto que permite apontar algumas tendências gerais para a sua evolução. Assim, sabemos que todas as *domus* conheceram reformas substantivas nos finais do século III/inícios do

IV, tornando-se então mais requintadas graças à introdução de banhos privados, tendo todas merecido programas decorativos sofisticados, com estuques nas paredes e mosaicos a cobrir os pavimentos, infelizmente muito mal conservados. Simultaneamente, as *domus* registam um aumento das áreas construídas, avançando sobre os pórticos, o que significa que integraram as áreas das anteriores *tabernae*, tendo eventualmente os espaços comerciais passado a ocupar os anteriores pórticos (Martins *et al.*, 2016). Estes aspetos estão bem documentados na *domus* da Escola Velha da Sé, mas também na do Ex. Albergue Distrital e na *domus* do Seminário de Santiago.

Por ser a única casa totalmente escavada, a *domus* das Carvalheiras oferece um importante referencial para a adaptação do modelo de casa itálica às especificidades topográficas e culturais de *Bracara Augusta*. Merece destaque a forma como a casa se adaptou ao relevo da vertente através da sua disposição em duas plataformas, desniveladas 3 metros entre si. Aquela que se situava a sul organizava-se em função do *atrium*, com entrada aberta ao pórtico e espaços de receção anexos. A parte da casa associada à plataforma norte era servida por uma outra entrada, dando acesso ao peristilo, em torno do qual se dispunham os *cubicula* a poente e os espaços de receção a sul e nascente. O peso das áreas de convívio e receção demonstra que o proprietário da *domus* seria um ilustre membro da elite de *Bracara Augusta*, certamente integrado na *ordo decurionum*, pois os custos estimados para a construção da casa, mesmo sem contemplar o programa decorativo que é desconhecido, terão sido bastante elevados (Ribeiro e Martins, 2013).

A *domus* das Carvalheiras oferece-nos informações preciosas sobre a organização do espaço doméstico, sobre a natureza dos seus possesores, mas também sobre as atividades económicas que se deviam desenrolar nas lojas, paredes meias com o espaço doméstico, apesar do capital simbólico do espaço da *domus* estar ainda por explorar (Magalhães *et al.*, 2015: 93). No entanto, o tempo de vida desta *domus* não foi longo, pois no século II parte dos seus espaços foi convertida num *balneum*, que ocupou o setor norte da anterior casa, tendo os compartimentos envolventes do peristilo sido convertidos em *tabernae*. A parte sul da casa manteve o *atrium* e os espaços envolventes, sendo possível que tenha mantido uma função residencial, talvez conseguida com a possível subida de um piso (Martins, 2015:23).

Figura 2. Planta da domus das Carvalheiras com os quarteirões anexos (©UAUM).



3.2 *Lucus Augusti*

A origem de *Lucus Augusti* permanece controversa à luz dos dados arqueológicos, pois se há quem defenda a sua origem militar, com base num presumível acampamento, datado entre 25-15 a.C., outros entendem da não existência de dados suficientes que suportem tal interpretação (Villanueva Acuña, 2016:278). Entretanto, os dados arqueológicos documentam que a cidade só terá alcançado o seu apogeu entre finais do século I e meados do II, no que não se distingue de *Bracara Augusta*. O facto de a cidade possuir um *tabularium*, com uma possível função vinculada ao *procurator Asturiae et Callaeciae*, parece ter favorecido o desenvolvimento urbanístico da cidade, para além da fixação de uma elite competitiva, na qual se integrariam membros da administração provincial e conventual.

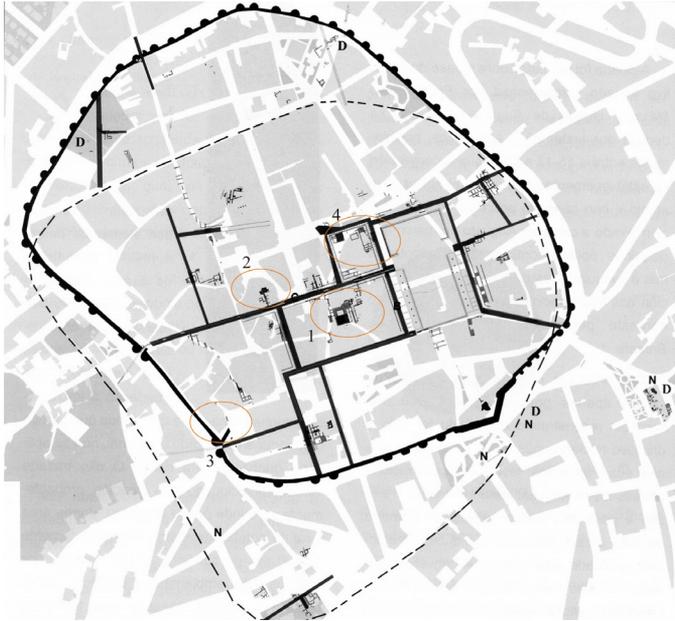
Mau grado a grande quantidade de escavações realizadas na área urbana de Lugo sabe-se muito pouco sobre a planimetria da cidade romana, designadamente quanto à estrutura dos quarteirões e organização dos eixos viários, sendo igualmente reduzidas as informações relativas às *domus* da cidade. Na verdade, reconhece-se um grande dinamismo construtivo no Alto Império, momento de implantação de várias infraestruturas urbanas e da construção de equipamentos públicos (González Fernández, 2005:27), sendo igualmente sublinhado por vários autores que a cidade terá conhecido um importante fulgor construtivo, nos finais do século III, que implicou alterações urbanísticas que afetaram tanto os edifícios públicos como privados, que terão sofrido importantes remodelações (González Fernández, 2005:29). No entanto, os dados disponíveis são insuficientes para perceber a natureza das transformações das *domus*, ou mesmo o momento em que começaram a ser construídas.

A *domus Oceani* apresenta como tipologia arquitetónica o clássico modelo de casa de peristilo e ocupava um quarteirão da cidade, sendo delimitada, portanto, por quatro ruas (González Fernández, 2005: 50). Uma reforma do Baixo-império terá determinado uma profunda remodelação dos seus compartimentos, o que incluiu a implantação de um balneário privado na ala setentrional, bem como a implementação de um programa decorativo composto pela construção de um luxuoso *oecus*, pavimentado com um amplo mosaico em que estavam presentes imagens de fauna marinha e uma representação do deus *Oceanus*. Esta sala era acedida através de uma antessala, a qual também se encontrava revestida com mosaicos, em que figuravam representações de cavalos (González Fernández, 2005: 72-75, 91-94).

A presença de mosaicos baixo imperiais em *Lucus Augusti* está documentada noutras habitações desta cidade, como é o caso da Casa da *Insula* de Santo Domingo e da Casa do Mosaico de Dédalo e Pasifae, em que são representadas cenas do relato mitológico destas personagens gregas (Nicolás Pedraz, 1998: 412). No entanto, desconhecem-se as características destas casas numa presumível fase alto imperial.

Estes exemplares de *domus*, cujas dimensões e características evolutivas se desconhecem, confirmam o luxo das habitações que se situariam em redor da área do *forum*, da mesma forma que sugerem um elevado estatuto e posição social dos seus proprietários. O mesmo se pode dizer da *domus* do Mitreo, na qual foi identificada uma fase alto imperial, mal conhecida, a que sucedeu uma fase baixo imperial, em que a *domus* passou a ter dois pisos, reconhecendo-se um pátio empedrado em torno do qual se estruturam diferentes espaços. Quer pelas suas dimensões, quer pelo programa decorativo, a casa revela que o seu proprietário possuiria um estatuto social elevado, conforme parece confirmado pela construção de um *mithreum*, nos inícios do século III, integrado na casa, onde se encontrou uma ara com uma inscrição dedicada a Mitra, por *G. Victorius Victorinus*, centurião da *Legio VII Gemina*. A casa terá sido destruída ‘cirurgicamente’ pela construção da muralha do Baixo-império e pela criação de um *intervallum*, constituído por uma calçada, garantindo-se a preservação do edifício de culto, que se terá mantido em utilização até cerca de 320/350 (Rodríguez Cao, 2011: 20-27).

Figura 3. Malha urbana de *Lucus Augusti* com sinalização das principais *domus*.



1 *Domus* Oceani; 2 – *Domus* do Mosaico de Dédalo e Pasifae; 3 – *Domus* do Mitreo; 4 – Casa da *Insula* de Santo Domingo (González Fernández, 2005: 26).

3.3 *Asturica Augusta*

Tal como acontece com *Bracara Augusta* e *Lucus Augusti*, devemos o essencial das informações referentes ao urbanismo e à arquitetura da cidade de *Asturica Augusta* às inúmeras intervenções arqueológicas que se intensificaram a partir de 1984 em Astorga. No entanto, a composição social da cidade e o seu protagonismo económico pode ser estimado com base no expressivo *dossier* epigráfico, que dá conta do tipo de personagens que devem ter ocupado as ricas *domus* da cidade.

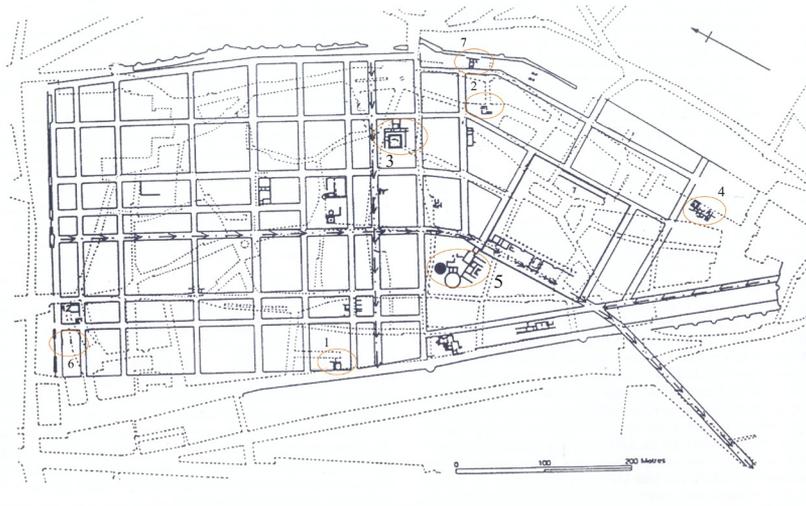
Alguns dos resultados mais recentes demonstram que a cidade teve origem num acampamento de uma unidade militar da *Legio X Gemina*, datado dos anos 15-10 a.C., (Sevillano Fuertes, 2014: 16). Os achados arqueológicos encontrados na escavação da área arqueológica conhecida por Casa do Pavimento de *opus signinum* constituem um importante indicador da origem militar da cidade, estando representados por restos de estruturas no formato de trincheiras, também detetadas na borda da escarpa noroeste da colina, local onde foi identificado um duplo fosso de tipo *fossae fastigatae*.

Os dados arqueológicos permitem considerar que o acampamento de *Asturica* teve uma curta duração e que, no início do reinado de Tibério, a configuração do espaço físico ganhou corpo de cidade, com a fixação de um traçado ortogonal, que serviu de matriz à construção de edifícios públicos e privados. Este traçado tem vindo a ser reconhecido pela arqueologia, tendo por base a rede de cloacas que passavam sob as ruas romanas. No estado atual dos conhecimentos pensa-se que os primeiros edifícios da cidade são anteriores ao ano 35 e que a área urbana conheceu uma grande remodelação entre os reinados de Cláudio e Vespasiano (Sevillano Fuertes, 2014: 31-37), o que não deixa de ser coincidente com o que se conhece para as outras capitais de conventos, onde se constata um processo de intensificação do desenvolvimento urbanístico a partir de meados do século I.

A importância administrativa de *Asturica Augusta*, enquanto capital de convento jurídico, associada à exploração aurífera estatal do território, determinou a monumentalidade das construções que têm vindo a ser reveladas pela arqueologia nos últimos 30 anos. Importa igualmente sublinhar o carácter particularmente luxuoso das *domus* conhecidas até ao momento, que parecem ter servido de residência a uma elite de funções, bem documentada na epigrafia.

As intervenções arqueológicas realizadas até ao momento permitiram registar a existência de um bom número de edifícios domésticos, alguns dos quais ricamente decorados com estuques e mosaicos. As *domus* mais notáveis distribuem-se em volta do *forum*, chegando a ocupar quarteirões inteiros, agregando, também, estabelecimentos comerciais e artesanais, dispostos na parte baixa das casas e abertos aos pórticos (Burón Álvarez, 2006: 301). As *domus* escavadas partilham entre si uma composição estrutural semelhante, com áreas abertas e pórticos envolventes, organizadas no estilo itálico de *atrium* e *peristylum* (Burón Álvarez, 2006: 301). Este tipo de habitações encontra-se na parte central e no extremo-oriental da cidade, sendo de destacar a designada Casa dos Denários (Cuervo Álvarez, 2014: 84), a Casa das Pinturas Pompeianas (Burón Álvarez, 2006: 303), a Casa do Grande Peristilo (García Marcos e Vidal Encinas, 1996: 928), a Casa da Muralha, a Casa do Mosaico do Urso e dos Pássaros (García Marcos e Vidal Encinas, 1996: 933) e a Casa do Pavimento de *opus signinum* (Cuervo Álvarez, 2014: 84). Uma outra *domus*, conhecida como Casa das Colunas Pintadas, está localizada na parte oeste do antigo acampamento militar.

Figura 4. Malha urbana de *Asturica Augusta* com sinalização das principais domus.



1 – Casa dos Denários; 2 – Casa das Pinturas Pompeianas; 3 – Casa do Grande Peristilo; 4 – Casa do Mosaico do Urso e dos Pássaros; 5 – Casa do Pavimento em *opus signinum*; 6 – Casa das Colunas Pintadas; 7 – Casa da Muralha (Burón Álvarez, 1997:20).

As *domus* conhecidas até ao momento datam maioritariamente do século II, muito embora não tenha sido possível reconstituir a planta total de nenhuma delas (Romero Vera, 2016:59). A Casa do Pavimento de *opus signinum*, localizada nas imediações do *forum*, documenta uma fase de ocupação nos finais do século II/inícios do III, associada à pavimentação dos corredores em redor do peristilo, com mosaicos policromados de motivos geométricos (Burón Álvarez, 2002: 265-266). Também a *Domus* das Pinturas Pompeianas, que se destaca pela qualidade dos revestimentos pictóricos, está datada do século II (Romero Vera, 2016:59). Para a mesma cronologia aponta a *Domus* do Grande Peristilo, construída nas imediações das Termas Maiores (Romero Vera, 2016:59). Apenas a *Domus* da Muralha parece ter tido uma fase anterior, datada do século I, tendo sido arrasada para dar lugar a uma outra que integrava um balneário privado com amplas áreas de banho e que foi objeto de um programa decorativo sumptuoso (Romero Vera, 2016:59).

Julgamos poder deduzir dos dados disponíveis para caracterizar a arquitetura doméstica de *Asturica Augusta* que faltam dados relativos às *domus* que terão sido construídas no século I, certamente mais modestas do que as luxuosas casas do século II, momento em

que a exploração aurífera do território terá suportado o enriquecimento da cidade e do seu corpo cívico, bem como a temporária fixação na mesma de agentes destacados do governo provincial, com cargos políticos e militares, membros da ordem senatorial e equestre, cujos nomes chegaram até nós pela epigrafia, que refere a presença na cidade de *Praeses Provinviae, Legati Iuridici e Procuratores Augusti*. Os dados arqueológicos apontam, entretanto, para a circunstância destas luxuosas *domus* terem entrado em processo de abandono no século III, facto que coincide com o início da decadência da cidade, articulada com o fim da exploração mineira do ouro, que deixou de justificar a presença na cidade de uma elite de funções ligadas à gestão das minas. De facto, reconhece-se que o desenvolvimento da *Asturica Augusta* ao longo das duas primeiras centúrias da nossa Era se encontra intimamente associado à exploração do ouro da zona do Bierzo.

4. Considerações finais

A arqueologia permite documentar consideráveis assimetrias de conhecimento relativas quer à origem, quer à evolução das *domus* conhecidas até ao momento nas três capitais conventuais do NO peninsular. Na verdade, conhecem-se melhor as casas flavianas de *Bracara Augusta* do que as de *Lucus Augusti* ou *Asturica Augusta*, tal como são melhor conhecidas as características das reformas registadas nas *domus* de *Bracara Augusta*, entre finais do século III/inícios do IV, quando a cidade foi elevada à condição de capital da província da *Gallaecia*, do que aquelas que terão certamente sido introduzidas nas casas romanas de Lugo e Astorga. Mais do que um expressivo resultado de uma realidade histórica, inferida a partir de uma ausência de evidências, estamos convictos de que essas discrepâncias resultam de problemas de investigação, inerentes às condicionantes da prática da arqueologia urbana realizada nas três cidades.

Por outro lado, é inquestionável que o registo arqueológico disponível para as três cidades documenta consideráveis diferenças na arquitetura das *domus* conhecidas, pois, ainda que elas se insiram nos mesmos modelos itálicos, interpretados de modo diferente pelas elites que formavam os corpos cívicos das três cidades, parece existir uma clara articulação da emulação competitiva entre os diferentes segmentos das respetivas elites com as dimensões e aparato das casas. Se o cenário é diferente entre as três capitais e oferece uma grande diversidade de exemplares, em que cada *domus* é um caso singular, é indiscutível que o ambiente social de *Bracara Augusta* seria seguramente muito menos competitivo que o de *Lucus Augusti* ou *Asturica Augusta*, talvez porque o corpo cívico da primeira fosse mais igualitário, como aliás tem sido sugerido a propósito da ausência de hierarquia dos quarteirões da cidade, com áreas construtivas de 1 *actus* (Martins *et al.*, no prelo). Importa, por isso, reforçar a importância das diferentes dimensões dos quarteirões que compunham a matriz urbana das cidades de Lugo e Astorga, em particular desta última,

por melhor definido, que suportariam casas de muito diferenciada volumetria, ainda que os lotes pudessem comportar diferentes habitações. No caso de *Asturica Augusta* importa sublinhar que a elite administrativa ligada à mineração seria a principal usuária das luxuosas *domus* que se conhecem na cidade até ao momento, as quais deveriam ser diferentes das que pertenceriam às elites locais, mais associadas às funções da cidade, enquanto capital de convento jurídico, questão que mereceria ser melhor investigada.

Mas, as diferenças e especificidades que caracterizam as *domus* das capitais conventuais do NO não anulam um necessário reconhecimento da reprodução de um padrão itálico, associado aos ideais arquitetónicos e estéticos que caracterizavam os comportamentos das elites de Roma, traduzido no gosto pelos espaços internos abertos, preferencialmente representado no modelo de *domus* de peristilo, de longe o mais comum em toda a Hispânia e que perdurou até finais do século IV (Gros, 2006: 160), ou ainda na adoção de requintados programas decorativos, os quais expressavam, na escolha dos seus motivos ou materiais mais ou menos sofisticados, a diferencial cultura e riqueza dos que as encomendavam.

Bibliografía

BERMEJO TIRADO, Jesús (2014). *Arqueología biopolítica. La sintaxis espacial de la arquitectura doméstica romana en la Meseta oriental*, Colección Arqueología y Patrimonio. Madrid: Ediciones La Ergastula.

BERMEJO TIRADO, Jesús (2014a). *Household Archaeology y el análisis de las sociedades antiguas en la península Ibérica: definiciones, aplicaciones y posibilidades*. MATerialidadeS. Perspectivas actuales en cultura material, Vol. 2, 47-92.

BURÓN ÁLVAREZ, Milagros (1997). *El Trazado Urbano en las proximidades del Foro en Asturica Augusta. La casa del pavimento de opus signinum*. Valladolid: Junta de Castilla y León.

BURÓN ÁLVAREZ, Milagros (2002). El proceso urbanizador en Asturica Augusta: las primeras construcciones domésticas. In HERNÁNDEZ BUENA, L.; SAGREDO, L.; SOLANA, J.M., eds. - *Actas del I Congreso Internacional de Historia Antigua "La Península Ibérica hace 2000 años"*. Valladolid: Universidad de Valladolid, p. 263-268.

BURÓN ÁLVAREZ, Milagros (2006). El trazado urbano de Asturica Augusta: génesis y evolución. In MORENO, I., coord. - *Nuevos elementos de ingeniería romana. III Congreso de obras públicas romanas*. Astorga: Junta de Castilla y León, Consejería de Cultura y Turismo, p. 289-312.

CUERVO ALVAREZ, D. B. (2014) La urbs Asturica Augusta. *Historia Digital*, vol. 14, n. 24, Madrid: 72-110.

FERNÁNDEZ VEGA, Pedro Ángel (1999). *La casa romana*. Madrid: Ediciones Akal.

FERNÁNDEZ VEGA, Pedro Ángel (2000). La casa de atrio en la España romana. In HERNÁNDEZ BUENA, L.; SAGREDO, L.; SOLANA, J.M., eds. - *Actas del I Congreso Internacional de Historia Antigua. La Península Ibérica hace 2000 años*. Valladolid: Universidad de Valladolid, p. 681-697.

GARCÍA MARCOS, Victorino. e Vidal Encinas, Julio (1996) Asturica Augusta: De asentamiento militar a urbs magnífica. in *Anais do Congresso Internacional: Los Orígenes de la Ciudad em el Noroeste Hispánico*. Lugo: Facultade de Humanidades, p. 911-944.

GÓMEZ RODRÍGUEZ, Agueda (2010). *La arquitectura doméstica urbana en época romana en la provincia Baetica*. Huelva: Universidad de Huelva.

GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, Enrique (2005). *DOMVS OCEANI. Aproximación á arquitectura doméstica de Lucus Augusti*. Lugo: Concello de Lugo.

GROS, Pierre (2006). *L'Architecture romaine. Du début du IIIe siècle av. J.-C. à la fin du Haut-Empire. Vol. 2: Maisons, palais, villas et tombeaux*. Paris: Picard.

HODDER, Ian (1994). Architecture and meaning: the example of Neolithic houses and tombs. In PEARSON, Michael; RICHARDS, Colin, eds. - *Architecture and order: approaches to social space*. London: Routledge, p. 73-86.

KING, Anthony (1980). *Buildings and society. Essays on the social development of the built environment*. London: Routledge & Kegan Paul.

LAURENCE, Ray (1994). Space and text. In LAURENCE, Ray; WALLACE-HADRILL, Andrew, - *Domestic Space in the Roman World*. Rome: British academy of Rome.

MAGALHÃES, Fernanda (2016) Os espaços e as construções em Bracara Augusta. Instrumentos para o estudo do quotidiano no noroeste peninsular. *Cuadernos de Arqueología de la Universidad de Navarra*, Vol. 24: 121-135

MAGALHÃES, Fernanda (2015). Espaço doméstico e sociabilidades: As domus de Bracara Augusta. In SILVA, Gilvan Ventura da; LEITE, Leni Ribeiro; SILVA, Érica Cristhyane Morais da; NETO, Belchior Monteiro Lima, org. - *Cotidiano e Sociabilidades no Império Romano*. Vitória, ES (Brasil): GM Editora, p. 67-81.

MAGALHÃES, Fernanda; RIBEIRO, Jorge e; MARTINS, Manuela (2015). Entre o público e o privado. Cenários do quotidiano na domus das Carvalheiras. *Revista de Estudos Grecolatinos*, 6, 88-106.

MARTINS, Manuela (1997/98). A zona arqueológica das Carvalheiras. Balanço das escavações e interpretação do conjunto. *Cadernos de Arqueologia*, 14 /15, Série II, 23 – 45.

MARTINS, Manuela (2015) Entre o ócio e a sociabilidade. O papel das termas públicas na vida social de *Bracara Augusta*. In *Atas I Congresso Luso brasileiro de História Antiga*, Vitória, Brasil: 13-30

MARTINS, Manuela e FONTES, Luís. (2010). Bracara Augusta. Balanço de 30 anos de investigação arqueológica na capital da Galécia Romana. *Bulletin de la Société archéologique champenoise. Mémoire*, nº19, 111-124.

MARTINS Manuela; MAGALHÃES Fernanda; MARTINEZ PEÑIN Raquel e; RIBEIRO Jorge (2016) The housing evolution of Braga between Late Antiquity and the Early Middle Ages, *Arqueología Medieval*, Colección Agira, Editorial Pagés Editors: 33-51

MARTINS, Manuela; MAGALHÃES, Fernanda e; RIBEIRO, Jorge (no prelo) La topografía y el urbanismo de Bracara Augusta. in *IN ROMA NATA, PER ITALIAM FUSA, IN PROVINCIAS MANAT. La ciudad romana en el noroeste: nuevas perspectivas*. Lugo: Deputación de Lugo

NICOLÁS PEDRAZ, Maria Pilar (1998). Dédalo en los mosaicos romanos. *Espacio, tiempo y forma*, série II, tomo 1: 397-434.

- RIBEIRO, Jorge e MARTINS, Manuela. (2013) Os processos construtivos da edificação privada em *Bracara Augusta*: o caso da *domus* das Carvalheiras. In MELO, Arnaldo e RIBEIRO, Maria Carmo, coord. - *História da Construção. Arquiteturas e técnicas Construtivas*, CITCEM, Braga: 75-98 <http://hdl.handle.net/1822/27287>
- RODRIGUÉZ CAO, Celso (2011) *A domus do Mitreo*. In *A Domus do Mitreo*. Lugo: Universidade de Santiago de Compostela, p. 20-31.
- ROLLER, Matthew (2010). Demolished Houses, Monumentality, and Memory in Roman Culture. *Classical antiquity*, v. 29, n. 1, 117-180.
- ROMERO VERA, Diego (2016). *La ciudad hispanorromana en el s. II d.C. Consolidación y transformación de un modelo urbano*. Tese de doutoramento em Arqueologia. Córdoba: Universidad de Córdoba, UCOPress.
- SEVILLANO FUERTES, María Ángeles. (2014) *Apuntes arqueológicos para la historia antigua de Astorga*. Astorga: CEAMM.
- SILVA, Juliana (2013). *A domus da zona arqueológica das antigas Cavalariças de Braga. Contributo para o estudo da arquitetura doméstica em Bracara Augusta*. Tese de Mestrado em Arqueologia. Braga: Universidade do Minho.
- SILVA, José (2000). *A insula das Carvalheiras. Estudo de um exemplo de arquitetura privada em Bracara Augusta*, Tese de mestrado em Arqueologia (policopiada). Braga: Universidade do Minho.
- TORRES, Ana (2014). *Sequência de ocupação da Zona Arqueológica do Ex Albergue Distrital. Contributo para a análise evolutiva e funcional de uma unidade doméstica em Bracara Augusta*, Tese de Mestrado em Arqueologia. Braga: Universidade do Minho.
- TRIGGER, Bruce (1989). *A History of Archaeological Thought*. Cambridge: Cambridge University Press.
- URIBE AGUDO, Paula (2008). *La edificación doméstica urbana romana en el Nordeste de la Península Ibérica (séc. I a.C – III d. C)*, Tese de Doutoramento em Ciências da Antiguidade. Zaragoza: Universidad de Zaragoza.
- VILLANUEVA ACUÑA, Manuel (2016) La fundación de Lucis Augusti: nuevas perspectivas, *Revista de Historiografía*, 25: 273-286.
- WALLACE-HADRILL, Andrew (1988). The social structure of the Roman house, *PBSR* 56, 43–7
- WALLACE-HADRILL, Andrew (1994). *Houses and Society in Pompeii and Herculaneum*. Princeton: Princeton University Press.